

Pastore, satisfeito com a reação de nossos credores.

Ele acha que sairão os empréstimos que permitirão ao País pagar seus atrasados

"A reação que tenho sentido até aqui, no Canadá, em Honolulu, no Japão e no Oriente Médio, não é aquela que se dizia que seria. É bem melhor", afirmou em Londres Afonso Celso Pastore, que manteve ontem um primeiro contato com a diretoria do Lloyds Bank, com o governador do Banco da Inglaterra e uma demorada reunião com os bancos brasileiros.

O presidente do BC revelou que o Brasil pretende a liberação de até três bilhões de dólares, dos 6,5 bilhões novos que vierem a ser aprovados. Essa importância poderá ser menor, pois vem melhorando a evolução do fluxo de caixa. O restante seria desembolsado pelos bancos em quatro parcelas trimestrais de 875 milhões de dólares. Os três bilhões servirão em grande parte para pagar todos os atrasados e, de uma certa forma, corresponderiam aos valores não complementares dos projetos 3 e 4, do acordo anterior, não executado diante do impasse surgido então com o FMI.

Essa liberação seria feita depois que o

Fundo aprovasse a nova carta de intenção do Brasil, o que deverá ocorrer em meados de novembro. Se tudo der certo, o Brasil fechará 1983 sem nenhum atraso e com um esquema armado para funcionar durante todo o ano de 1984.

— O que tenho sentido pelas perguntas feitas nesta minha viagem é a preocupação de esclarecer dúvidas normais. Não sinto um clima negativo. Ao contrário, acrescentou Pastore.

Crédito às exportações

O governo britânico deixou claro ontem que pretende apenas participar da operação de reescalonamento da dívida, recusando-se a colocar dinheiro novo em créditos à exportação, que, no fundo, beneficiaria as suas indústrias. A sra. Thatcher insiste na sua linha de endurecimento com o Brasil, a espera de uma atitude positiva ao seu desejo de que os aviões britânicos com destino às Falklands possam reabastecer-se no Brasil.

A primeira-ministra pretende que a Alemanha, que também tem adotado posições

mais severas, se alinhe aos ingleses nessa questão com o Brasil. O presidente do BC não quis comentar o assunto, dando a entender, porém, que deverá haver uma evolução mais positiva quando se acertar o pacote final. Quanto a essa linha de crédito comercial, de 2,5 bilhões de dólares, a Grã-Bretanha vem em terceiro lugar entre nossos credores, depois dos Estados Unidos e do Canadá. Os norte-americanos, representando cerca de 1,5 bilhão de dólares, são os mais importantes, inclusive em termos de competição internacional.

O presidente do BC se reúne hoje, às 9h30, com representantes de 106 bancos da Grã-Bretanha, Israel, Nova Zelândia, Áustria, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Portugal e Escandinávia. À noite, viaja para Zurique, onde se defrontará, talvez, com a etapa mais difícil de sua viagem, nos esclarecimentos aos bancos alemães e suíços, que não escondem suas críticas. O seu retorno ao Brasil se dará quarta-feira.

Alberto Tamer, de Londres.

DÉFICIT: UMA PROMESSA NÃO CUMPRIDA?

Esta é mais uma promessa ao Fundo Monetário Internacional que o governo não deverá cumprir: a limitação do déficit público a Cr\$ 19.350 bilhões ou 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Isto porque a promessa oficial se baseava na previsão de que a inflação cairia para 160% em dezembro. No entanto, acredita-se que o índice de preços deverá sair dos atuais 174,9% para mais de 200%, no fim do ano. Assim, o "estouro" do déficit será inevitável, a menos que o governo adote providências compensatórias.

Estas compensações, segundo um assessor direto do ministro Delfim Neto, que participa das articulações com o FMI, só podem ser feitas com mais uma sensível redução nos dispêndios globais das empresas estatais, especialmente nas despesas de

custeio, aquelas que ainda apresentam alguma "gordura" para ser consumida. Por esta razão é que o governo faz o maior esforço no sentido de conseguir do Congresso a aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, que dispõe sobre a nova política salarial, pois através de sua aplicação é que o Executivo assegurará uma significativa redução nas despesas com pessoal das 353 estatais.

Fora de um novo corte nos dispêndios globais das empresas estatais, são poucas as possibilidades de redução do déficit do setor público, para assegurar a meta negociada com o Fundo Monetário, pois os outros fatores que influenciam esse déficit, especialmente a política de mercado aberto, estão sendo plenamente acionados pelo governo. A mudança do perfil da dívida pública,

mediante a troca de LTN por ORTN com cláusula de correção cambial, objetiva justamente alongar o perfil da dívida interna, através da troca de papéis de curto prazo de resgate, por outros de longo prazo.

No entendimento do informante da Seplan, todo o esforço será feito para evitar que o "estouro" possa alcançar níveis de difícil digestão pelo FMI, mas será inevitável uma abordagem da questão com os técnicos do Fundo, que estarão de volta ao Brasil dentro de um mês para nova auditoria. Nesta oportunidade, o governo já terá uma visão mais realista do comportamento da taxa anualizada da inflação em dezembro e, a partir desse dado, pretende convencer o FMI da inevitabilidade do não cumprimento de mais uma meta negociada.